

# A avestruz

**Posto de observação**

**Henrique Diz**  
Professor Catedrático



**D**iz a sabedoria popular, que aqui não contesto, que, perante uma ameaça, a avestruz coloca a cabeça debaixo da areia, possivelmente na expectativa de que ela passe. Consta-se, numa versão mais humana e revelando uma enorme dose de fé, que um certo presidente da companhia aérea nacional, sempre que lhe surgia um documento com um problema que considerava não ter capacidade para resolver, o colocava sob uma imagem de Santo António, de quem era particular devoto, e que estava na sua secretaria, à espera que o santo o resolvesse.

Não sei se António Costa e os seus ministros acreditam na chamada sabedoria popular ou são devotos do padroeiro da capital. Por esse motivo, ignoro se a displicência com que não são tratados problemas graves que nos afetam se deve à fé, ou mais adequadamente à esperança de que eles passem despercebidos e só se manifestem quando não tiverem responsabilidades governativas, ou à negação da sua existência, diz-se, própria da avestruz. Seja como for, não pode haver desculpas para a tentativa de menorização de assuntos graves e a arrogância de quem, chegado ao poder, entende que os outros são pura e simplesmente ignorantes, uma vez que a verdade é pertença exclusiva de suas excelências.

Vêm estas considerações a propósito do último assunto em que a verborreia do executivo manifesta uma completa despreocupação com o futuro: um estudo feito por investigadores do Instituto de Ciências Sociais, a pedido da Fundação Francisco Manuel dos Santos, sobre a sustentabilidade da Segurança Social. Recorde-se, para começar, e a propósito das certezas socialistas sobre a matéria, que, já a 19 de Novembro de 2001, o então Primeiro-ministro António Guterres afirmava que a nova fórmula de cálculo das pensões iria garantir a sustentabilidade da Segurança Social até ao final do século XXI. Só não se percebe, perante as certezas socialistas, porque houve mudanças posteriores no regime, algumas delas feitas, aliás, por um ministro que por lá continua. Eu sei que é difícil admitir que, afinal, por muito esforço que tenhamos feito, por muita sabedoria que tivéssemos utilizado, por vezes a "bota não bate com a perdigota". Por mim, habituei-me, desde muito cedo, à perspectiva de que a evolução do conhecimento coloca em causa o que pensávamos saber antes, sem que isso diminua a qualidade do trabalho anteriormente realizado que está, aliás, na base do que, entretanto, surge de novo. E estou sempre, como consequência, alerta para os novos desenvolvimentos, e aberto para os analisar e, se ficar convencido, os aceitar. O que recuso é a ser o velho do Restelo na partida das naus de Vasco da Gama para a Índia ou a pôr a cabeça na areia como a avestruz. Apesar das reformas feitas, Portugal enfrenta um problema de médio/longo prazo com o sistema de pensões. Que um ministro se recuse a enfrentá-lo porque pode prejudicar o seu partido em eleições é grave, diria

mesmo, um crime contra as pessoas que mensalmente pagam as suas contribuições na expectativa de que, quando chegar a hora, terão direito a descansar de uma vida de trabalho com garantia de bem-estar.

O que se passa é que ideologia e a luta pelo poder a todo o custo impedem uma discussão séria de um dos problemas que irão afetar, e de que maneira, as gerações mais novas, já de si fustigadas por salários reduzidos e precariedade no emprego. Que, perante um estudo sério, as respostas de quem tem responsabilidades sobre a matéria se limitem a desvalorizar as conclusões com o propósito claro de encerrar a discussão, e que os partidos que sustentam o governo – PS, BE, PCP, PAN, Verdes – invoquem o papão dos capitalistas que pretendem apoderar-se das contribuições para não reconhecerem que temos de nos debruçar seriamente sobre a questão, mostra apenas quanto pouco de pensamento estratégico existe sobre o futuro do país, das pessoas, e quanto os nossos representantes olham apenas para o dia de hoje, vá lá, para o espaço que medeia até às eleições de outubro.

## O que diz o estudo, afinal?

Que, mantendo-se o número de nascimentos por mulher em idade fértil nos valores atuais, a população portuguesa vai diminuir dos atuais cerca de dez milhões para um pouco menos de oito milhões em 2070; que, com o aumento da esperança média de vida, naquela data trinta e seis por cento da população terá mais de sessenta e cinco anos, o que levará a uma subida do número de pensionistas; que a população em idade ativa diminuirá previsivelmente em trinta e sete por cento, enfraquecendo substancialmente a potencial de crescimento da economia portuguesa; que, como consequência, a

Segurança Social é inviável na sua forma atual, colocando pressão sobre os futuros orçamentos do Estado, obrigando a subida de impostos e contribuições e afetando, também por essa via, a possibilidade de crescimento económico.

A pergunta que tem que se colocar de imediato é esta: estas conclusões estão erradas? A resposta é muito simples. Não, e toda a gente o sabe. Assim sendo, se o que se afirma sobre esta matéria no estudo é indescutível face ao que conhecemos atualmente da dinâmica populacional portuguesa, como podemos ignorá-lo? Como podemos continuar a varrer o problema para debaixo do tapete? É certo que foi instituído um fator de sustentabilidade no cálculo das novas pensões. Que ele procura corrigir as consequências do aumento da esperança média de vida, nomeadamente através do aumento gradual da idade de reforma, pelo que ainda menos se comprehende a reação extemporânea do ministro Vieira da Silva à proposta contida no estudo sobre a matéria que apenas se distingue da sua no ritmo da modificação. Mas a diminuição da população em idade ativa tem que ser considerada, pelo impacto no crescimento económico – sendo este sempre invocado como o remédio para o problema – que terá. Ignorá-lo é tão-pouco recusar enfrentar um problema que está aí.

Deixemo-nos, por isso, de nos refugiar em guetos ideológicos e tenhamos a coragem de discutir o que tem de ser feito. Enquanto há tempo. ▲

*Artigo escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico*

# (H)à educação

**Vitor Bonifácio\***  
vitor.bonifacio@ua.pt



## A Astronomia é para todos?

**H**á muito tempo, se me permitem este início, um astrónomo amador português publicava as suas observações de estrelas variáveis nos anais do Observatório de Harvard dos Estados Unidos da América. Os valores que determinou para as longitudes do forte de Santa Cruz da ilha do Faial, e da antiga alfândega da cidade de Ponta Delgada substituíram, na Connaissance des Temps do Bureau des Longitudes de Paris, as obtidas pela expedição britânica da década de 1840 às ilhas dos Açores. João de Moraes Pereira (1855-1908) não possuía estudos superiores, tendo frequentado, na sua cidade natal de Ponta Delgada, ilha de São Miguel, o curso liceal da época. Antes de ser contratado, com 33 anos de idade, como professor provisório de inglês do liceu da cidade, trabalhou, desde os 18, como caixeiro na loja de um tio. A

partir de, pelo menos, 1892 dedicava-se aos estudos astronómicos e, em 1900, calcula órbitas de cometas por divertimento. A biblioteca deste autodidata continha livros de Mecânica Celeste de, entre outros, Poincaré. Tal como Moraes Pereira outros, homens e mulheres, com as mais variadas profissões, dedicaram-se, nos seus tempos livres, aos estudos astronómicos. Estes amadores, no sentido original da palavra, efetuaram descobertas importantes como o ciclo da atividade solar e deixaram extensas séries de observações astronómicas de manchas solares e do brilho das estrelas, por exemplo. Alguns foram ainda destacados divulgadores da ciência.

Pelas características sui generis dos estudos astronómicos, a comunidade amadora sobreviveu à profissionalização das ciências, ocorrida durante o século XIX. Mantendo-se, assim, ao longo dos tempos, uma profícua interação entre as comunidades amadora e profissional. Astrónomos amadores portugueses aparecem, na actualidade, como autores de artigos publicados em prestigiosas revistas como, por exemplo, o Astrophysical Journal e a Nature. Ser astrónomo amador exigiu, e continua a exigir, conhecimento, trabalho, tempo e, penso eu, paixão. As recompensas não foram, e não se esperam, materiais



**Desenho da superfície lunar** efetuado por Moraes Pereira em 1892

mas sim de outra ordem. Uma melhor compreensão da pequenez da nossa, por vezes insensata, espécie face ao cosmos, o encontro de conceitos científicos inusitados e a sensação de pertencer à maior das aventuras humanas – a procura do conhecimento – serão, talvez, explicações possíveis das motivações destes astrónomos. A minha resposta à pergunta inicial é, assim, um inequívoco sim. Por isso, não se acanhe. Os meios atuais permitem a partilha de informação à escala global, a existência de comunidades descentralizadas e de redes de entreajuda.

Podemos sempre, claro está, consumir o nosso limitado tempo a ver mais umas dezenas de episódios de uma qualquer série...

Já agora, quando foi a última vez que olhou para o céu? ▲

*Artigo escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico*

\* Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores (CIDTFF) da Universidade de Aveiro